

## O MARXISMO WEBERIANO NO BRASIL

### Prefácio à edição brasileira de *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*

Em que medida existiu no Brasil o “marxismo weberiano”? Essa questão mereceria um estudo aprofundado, porém, no quadro deste breve prefácio, vou me limitar a mencionar, de forma bastante sucinta, alguns exemplos apenas, escolhidos de modo (relativamente) arbitrário<sup>1</sup>.

Florestan Fernandes é, sem dúvida, o primeiro marxista brasileiro a se interessar por Max Weber. Seu engajamento político marxista começa em 1943, aos 23 anos, com a adesão ao Partido Socialista Revolucionário (PSR), seção brasileira da Quarta Internacional (fundada por Leon Trotski). Hermínio Sacchetta, principal líder do PSR, quando resolveu publicar em sua editora Flama a *Crítica da economia política* de Marx, pediu ao estudante Florestan Fernandes que traduzisse o livro e redigisse um prefácio. Publicado em 1946, o texto, que teve bastante impacto, é uma ampla exposição do método marxista e se conclui com a seguinte afirmação: “Mais do que nunca, este é o momento de Karl Marx nas ciências sociais”. O que é digno de observação, e bastante raro na época, é a tentativa, nesse texto inaugural – em contraste com a vulgata marxista de rejeição do “idealista” Weber –, de aproximar Marx e Weber. Segundo Florestan, o método tipológico de Weber vai “na direção proposta por Marx”. Por outro lado, Marx antecipou-se, em *O capital*, às investigações de Max Weber sobre as afinidades da Reforma protestante com o espírito do capitalismo. Além disso, oito anos antes de *O capital*,

---

<sup>1</sup> Um trabalho interessante sobre as leituras brasileiras de Weber é o de Luiz Werneck Vianna, “Weber e a interpretação do Brasil”, em Jessé Souza (org.), *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira* (Brasília, UnB, 1999). O autor menciona Florestan Fernandes e Maria Silvia de Carvalho Franco, mas a questão da relação com o marxismo não é abordada.

nos *Grundrisse*, Marx já dedicara algumas páginas a esse problema, explicando o entesouramento pela mentalidade desenvolvida pelo protestantismo: ascetismo, trabalho árduo, zelo puritano<sup>2</sup>. Na mesma época em que escreve o prefácio, Florestan dá um seminário sobre *Economia e sociedade*, de Weber, que terá importante repercussão nos meios acadêmicos e políticos.

Entretanto, pouco depois, em 1947 – ao que parece com a anuência de Hermínio Sacchetta, que considerava que o jovem seria mais útil ao socialismo como acadêmico – Florestan Fernandes desliga-se do PSR para se dedicar inteiramente à pesquisa universitária<sup>3</sup>. A partir desse momento, contudo, ele se afasta não só do engajamento político socialista, mas também da referência teórica marxista. Seus escritos, ao menos até 1964, referem-se tanto a Marx quanto a Weber e Durkheim (entre outros “clássicos”), mas sem nenhum compromisso teórico ou metodológico efetivo com um ou outro desses grandes sociólogos. Em *Apontamentos sobre problemas da indução na sociologia* (1954), por exemplo, encontramos uma reflexão de alto nível, exclusivamente metodológica, sobre Weber, Marx e Durkheim como exemplos do método indutivo, sem que o autor opte por um deles nem tente uma síntese entre os três. Em resumo, o Florestan Fernandes catedrático da Universidade de São Paulo e eminente cientista social, exercendo um influente magistério intelectual, não pode ser considerado, no período que vai de 1947 a 1964, nem marxista nem weberiano...

O golpe de 1964 será traumático para Florestan. Sua oposição intransigente aos militares o leva a ser preso e, em seguida, banido da USP, obrigado, em 1969, a se exilar. Depois de sua volta ao Brasil, em 1972, passa a ensinar na PUC-SP. No curso dos anos 1970, vai se definindo cada vez mais sua volta ao marxismo e às ideias revolucionárias. No início desse percurso, Weber ainda é uma referência importante; em *A revolução burguesa no Brasil* (1974), por exemplo, há várias referências ao método típico ideal, ao “espírito capitalista típico” e às ideias de *A ética protestante*<sup>4</sup>. Poucos anos depois, porém, esse interesse se vê reduzido. A explicação é dada em um desabafo de Florestan durante seu curso de 1978 na PUC: “A sociologia perdeu seu encanto para mim”. No livro em que publica essas aulas,

<sup>2</sup> Florestan Fernandes, “Marx e o pensamento sociológico moderno” (1946), em *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (São Paulo, Livraria Pioneira, 1971), p. 338-40.

<sup>3</sup> Laurez Cerqueira, *Florestan Fernandes: vida e obra* (São Paulo, Expressão Popular, 2005), p. 47.

<sup>4</sup> Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil* (2. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976), p. 133-40.

sob o título *A natureza sociológica da sociologia* (1980), há uma ampla bibliografia: o nome de Max Weber não figura<sup>5</sup>... Conclusão: ao longo da década de 1970, na medida em que Florestan volta ao marxismo, Weber vai desaparecendo de seu horizonte. Alguns anos mais tarde, Florestan adere ao Partido dos Trabalhadores, tornando-se um dos principais representantes da ala esquerda. Deputado pelo PT e intelectual marxista intransigente, projeta-se no cenário político nacional também como um precioso colaborador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que dará o nome dele a sua Escola de Formação.

Depois de Florestan Fernandes, encontramos na geração seguinte vários marxistas que utilizam conceitos weberianos. É o caso, por exemplo, de Fernando Henrique Cardoso, em sua tese de doutorado *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, publicada em 1962. A abordagem do livro é declaradamente marxista: já na introdução o autor se refere à dialética de Marx e, em especial, ao conceito dialético de totalidade concreta, citando várias passagens de *O capital* – era a época em que ele havia organizado, com José Arthur Giannotti, o célebre “Seminário de *O capital*” –, de *História e consciência de classe*, de Lukács, e de *Questões do método*, de Jean-Paul Sartre. Em resumo, “no presente trabalho procurei guiar-me por esses cânones gerais da dialética marxista”<sup>6</sup>. Entretanto, ao longo da obra, Fernando Henrique vale-se também de vários conceitos weberianos emprestados de *Economia e sociedade*, tais como “estrutura patrimonialista” ou mesmo “sultanismo” (a versão mais autoritária do patriarcalismo, segundo Weber)<sup>7</sup>. O conceito de dominação patrimonial dará lugar a uma longa nota de rodapé, que se estende por quatro páginas, citando várias passagens de Weber. Esse conceito aparece também em outros escritos marxistas da época, como a tese de Maria Sílvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), ou os trabalhos de Francisco Weffort sobre o populismo e o importante livro de Hirano Sedi, *Classes, estamentos e classes sociais* (1974), essencialmente baseado em Weber e Marx. Tais empréstimos permitem caracterizar esses sociólogos como “marxistas weberianos”? Fica a pergunta em aberto...

---

<sup>5</sup> Idem, *A natureza sociológica da sociologia* (São Paulo, Ática, 1980), p. 13.

<sup>6</sup> Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962), p. 22. É interessante observar que FHC compara Marx com o Weber de *A ética protestante* como variantes do mesmo paradigma.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 102-5.

O primeiro marxista brasileiro a se dedicar de forma intensiva ao estudo de Max Weber foi Maurício Tragtenberg. Pensador original, autodidata de formação, judeu alheio tanto ao sionismo como à religião e marxista libertário, Maurício é um sociólogo atípico. Entre 1955 e 1958, militou na Liga Socialista Independente, organização revolucionária luxemburguista fundada pelo ex-mentor de Florestan Fernandes, Hermínio Sacchetta. Interessado pela crítica da burocracia de Rosa Luxemburgo e Leon Trotski, crítico implacável da União Soviética stalinista, que ele caracteriza como “coletivismo burocrático”, Maurício publica, em 1974, sua tese de doutorado pela Fundação Getúlio Vargas, *Burocracia e ideologia*. Na página de agradecimentos, escreve: “Não podemos deixar de mencionar a inestimável ajuda intelectual recebida [...] do jornalista Hermínio Sacchetta”.

No prefácio, Francisco Weffort enfatiza que o livro representa uma valiosa novidade: uma notável interpretação histórica do pensamento weberiano que não o reduz ao contexto – a Alemanha de sua época – e “serve para iluminar sua significação teórica geral<sup>8</sup>. Eu acrescentaria que o capítulo sobre Weber, que ocupa metade do livro, é o primeiro trabalho marxista de peso sobre o sociólogo de Heidelberg no Brasil (e quiçá um dos primeiros no mundo!).

Para Maurício Tragtenberg, a obra de Max Weber representa “uma das mais altas formas de autoconsciência e autocritica da sociologia alemã”, assim como “o máximo de consciência possível” da burguesia europeia<sup>9</sup>. Crítico implacável das elites políticas alemãs, ele denuncia o pavor às massas que “levou a monarquia a tolerar a demagogia dos almirantes e a ditadura dos generais junto com a politização do Exército”<sup>10</sup>. Nessa passagem, na qual é o próprio autor que enfatiza as palavras aqui destacadas, é evidente que Tragtenberg está acertando contas com a ditadura dos generais e almirantes no Brasil de 1964...

Partindo de Marx, Tragtenberg critica os limites de Weber, atrelados a seu liberalismo: a ilusão positivista de uma ciência “livre de juízos de valor”; a adesão à ideologia liberal individualista do contrato e da propriedade; uma visão abstrata e formal da racionalidade, que ignora que, numa sociedade dividida em classes antagônicas, existe uma pluralidade de racionalidades. Ao mesmo

<sup>8</sup> Francisco Weffort, “Prefácio”, em Maurício Tragtenberg, *Burocracia e ideologia* (São Paulo, Ática, 1974).

<sup>9</sup> Maurício Tragtenberg, *Burocracia e ideologia*, cit., p. 108 e 210. O conceito de “máximo de consciência possível” é de Lucien Goldmann, mas, curiosamente, Tragtenberg não o cita, nem mesmo na bibliografia.

<sup>10</sup> Idem.

tempo, constata que Weber é um pensador liberal que ultrapassou os limites do liberalismo clássico, um homem ilustrado que recusa as ilusões iluministas do progresso da razão triunfante<sup>11</sup>.

Isso se traduz, de forma decisiva, em sua atitude em relação à *burocracia* – o principal tema do livro de Tragtenberg. Contrariamente ao que pretende a maioria dos “especialistas” – Peter Blau, Peter Heinz, R. K. Merton, H. M. Johnson etc. –, Max Weber, “longe de ser um ideólogo da burocracia, é seu grande crítico”<sup>12</sup>. Embora o pensador alemão apresente a burocracia como o mais racional dos sistemas de administração, ele não enfatiza suas virtudes organizacionais, e sim, ao contrário, a maneira de “como defender-se ante o avanço implacável da burocracia”. Para o sociólogo de Heidelberg, o processo de burocratização levou as sociedades a uma espécie de prisão, uma concha da servidão, comparável ao que era o Egito antigo<sup>13</sup>.

Embora Weber critique o marxismo economicista – que não é o mesmo de Marx e Engels, insiste Tragtenberg numa longa nota de rodapé –, estabelece certa proximidade com Marx, em parte através de Bernstein, que o leva a explicações estruturais que consideram as condições históricas, os fatores econômicos e mesmo a luta de classes<sup>14</sup>.

No último capítulo da obra, Tragtenberg busca dar conta do processo de burocratização na União Soviética, que toma a forma de um *coletivismo burocrático*. Para analisar esse fenômeno, apoia-se em Hegel, Marx, Trotski (com certa distância crítica), Isaac Deutscher, Milovan Djilas e outros<sup>15</sup>. O autor também se refere, na conclusão do livro, às hipóteses de Weber sobre a futura dominação social da burocracia, fundada na industrialização mecanizada; fica faltando, entretanto, uma tentativa de articular essas análises marxistas da burocracia com as intuições de Weber.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 116 e 120. Essa distância para com a Ilustração, que Tragtenberg capta perfeitamente, tem a ver com o pessimismo cultural (“romântico”) de Weber, o qual o autor não leva em conta, porque tende a reduzir o romantismo ao irracionalismo dos pensadores reacionários que prepararam o terreno para o nazismo; cf. ibidem, p. 156.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 208; grifos de Tragtenberg.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 142-4; grifos de Tragtenberg. Aqui, o autor traduz *Gehäuse* (habitação) por “concha”, o que é um equívoco, ou “prisão”, que é inexato, mas mais próximo do sentido original da palavra.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 163, 172 e 185.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 189-92.

Numa resenha publicada à época, o sociólogo Gabriel Cohn presta homenagem a esse ensaio pioneiro de Maurício Tragtenberg: “Contra a crítica fácil, Tragtenberg apresenta Max Weber em sua maior grandeza e, contra os apologistas curtos de visão ou de pudor, procura trazer à luz, explicando-os, os limites de seu pensamento e de sua ação”. Gabriel Cohn é, na verdade, o autor do primeiro livro inteiramente dedicado à obra de Weber publicado por um brasileiro: *Crítica e resignação*, de 1979. O ponto de vista do autor aproxima-se do marxismo, ou ao menos da teoria crítica da Escola de Frankfurt – o projeto inicial de Cohn, aliás, era escrever um trabalho sobre “Max Weber e a teoria crítica”<sup>16</sup>. Foi Florestan Fernandes que lhe sugeriu dedicar o trabalho a Weber, pedindo-lhe que organizasse e prefaciasse um volume sobre a sociologia weberiana na coleção *Grandes Cientistas Sociais* da editora Ática.

O livro apresenta-se em duas partes: a primeira é dedicada ao pensamento acadêmico alemão da época (Dilthey, Simmel, Windelband, Rickert) e a segunda, à análise detida do método e dos conceitos weberianos. Gabriel Cohn manifesta grande respeito pela sociologia weberiana, a qual considera especialmente ponderosa quando se trata de analisar a caracterização da relação de forças num dado processo social. De modo geral, “seu ponto forte está no estudo de situações empíricas de conflitos de interesses e de poder”<sup>17</sup>. Entretanto, Cohn comparte com Tragtenberg a hipótese de que Weber representa o “máximo de consciência possível” do pensamento burguês de sua época. Isso se manifesta, particularmente, na impossibilidade de superar o dilema entre a crítica que se traduz na ação e a resignação que resulta da neutralidade do conhecimento. Embora seu objetivo seja sobretudo uma análise imanente da obra, Cohn não deixa de apontar algumas limitações do esquema weberiano – por exemplo, a recusa da dialética e, portanto, um conceito de “negação” não como imanente ao próprio movimento do real, como em Hegel (e Marx), mas como uma recusa subjetiva de determinado aspecto do mundo. O mesmo vale para o conceito de “crítica”, que em Hegel (e Marx) se refere à própria coisa e em Weber se aplica ao modo de conhecer, no plano metodológico. Ou, ainda, o abandono do tema do *trabalho*, tão presente em Hegel e Marx, para se limitar ao campo da apropriação e da distribuição<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Informação fornecida pessoalmente por Gabriel Cohn ao autor em 26 nov. 2013.

<sup>17</sup> Gabriel Cohn, *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social* (1979) (São Paulo, Martins Fontes, 2003), p. xii

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 175-6, 184 e 205.

A relação entre Weber e Marx não é um tema tratado de forma sistemática no livro, mas seu autor se insurge contra a tendência – frequente na bibliografia – de apresentar Weber como um “porta-voz do antimarxismo” – argumento rejeitado já pelo próprio Weber, que se dissociava da tentativa de autores como Hans Delbrück de interpretar sua análise do papel da ética protestante na origem do espírito do capitalismo como caso exemplar de “idealismo antimarxista”. O que interessa a Weber, observa Cohn, são as “afinidades eletivas” entre calvinismo e capitalismo: a relação entre ambos não é unívoca e pode ser lida nos dois sentidos possíveis<sup>19</sup>. O que Marx e Weber têm em comum é a posição central atribuída aos problemas da sociedade capitalista, “com a diferença de que num caso isso conduz a uma crítica revolucionária e, no outro, a uma crítica marcada pela resignação”<sup>20</sup>. Entretanto, apesar dessas convergências, Cohn está convencido de que entre Weber e o materialismo histórico “não há, em princípio, conciliação possível, apesar dos esforços de um Merleau-Ponty em construir um ‘marxismo weberiano’ em suas *Aventuras da dialética*”. Como dar conta, então, da tentativa de Lukács em *História e consciência de classe* (principal argumento de Merleau-Ponty)? E Cohn relativiza sua afirmação um pouco taxativa, acrescentando: “Como de hábito, a história é mais complexa; Lukács que o diga”<sup>21</sup>. Assim, fica aqui também a pergunta em suspenso: em que medida o livro de Gabriel Cohn tem a ver com o “marxismo weberiano”?

Para concluir este breve recorrido que não tem nada de exaustivo, não podemos deixar de mencionar um livro que se propõe a discutir especificamente a questão do “marxismo weberiano”: *Marx, Weber e o marxismo weberiano* (2003), de Francisco Teixeira e Celso Frederico. O livro está dividido em duas partes: a primeira, redigida por Francisco Soares Teixeira, propõe uma leitura comentada de *A ética protestante* que busca comparar Weber e Marx, apontando tanto as convergências como os desacordos entre os dois pensadores (com mais destaque às divergências). O ensaio mereceria uma discussão aprofundada que escapa aos limites deste prefácio. Muitos dos comentários do autor são pertinentes; meu principal desacordo é com relação a uma tese de Fredrick Tenbruck, que Teixeira parece assumir: para Weber, “a água da história é conduzida pelo moinho das

<sup>19</sup> Ibidem, p. 117 e 166.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 205.

ideias”. A imagem me parece infeliz, já que é a água que faz mover os moinhos, e não o contrário... Mas a tese segundo a qual, para Weber, são as ideias que “movem” a história – ou, no caso de *A ética protestante*, “as ideias são as parteiras do capitalismo” – não dá conta da complexidade do método de Weber<sup>22</sup>.

Mas minhas principais objeções referem-se à segunda parte, redigida por Celso Frederico, sob o título “Marxismo weberiano”. Trata-se de uma interessante polémica contra os autores dessa corrente. A primeira dificuldade que vejo nesse capítulo é que Frederico define como “marxistas weberianos” não apenas Lukács e Adorno/Horkheimer – o que é legítimo –, mas também autores que muito pouco têm a ver com Weber: Lucien Goldmann, que tratava Weber como um positivista vulgar, e Guy Debord, que provavelmente nunca leu Weber. É verdade que os dois foram discípulos do Lukács de *História e consciência de classe*, mas isso não é suficiente para caracterizá-los como “weberianos”. O argumento principal de Celso Frederico é que esses autores estão em contradição com Marx. Em vários aspectos, não deixa de ter razão, mas em outros isso me parece equivocado. Por exemplo, a crítica da quantificação, comum a todos esses autores, assim como a Weber, seria um tema nostálgico e romântico que nada teria a ver com Marx. Será? Afinal de contas, não é Marx que, no *Manifesto Comunista*, manifesta sua indignação diante do fato de a burguesia “ter dissolvido a dignidade pessoal no valor de troca”? Mais surpreendente é a crítica de Celso Frederico ao conceito de *dominação*, que ocupa lugar central no pensamento de Weber e de Adorno: “a *dominação*, ponto de chegada da teoria de Weber, é para Marx característica das sociedades pré-capitalistas”. No capitalismo, “as articulações puramente econômicas se impõem a toda a sociedade, obrigando os trabalhadores a ‘livremente’, sem nenhuma coação, venderem sua força de trabalho ao capitalista. Passamos, portanto, da dominação à exploração”<sup>23</sup>. Será mesmo que Marx considerava a dominação como “pré-capitalista”? Nas primeiras páginas do *Manifesto Comunista*, Marx e Engels se referem explicitamente à “dominação de classe (*Klassenherrschaft*)” da burguesia. Algumas linhas adiante, eles denunciam a “dominação (*Herrschaft*) econômica e política da burguesia”. Em outras palavras: contrariamente ao que seria uma leitura puramente econômica, que só considera a “exploração”, Marx e

<sup>22</sup> Francisco Teixeira e Celso Frederico, *Marx, Weber e o marxismo weberiano* (São Paulo, Cortez, 2010), p. 139 e 158. Em sua análise de *A ética protestante*, Teixeira vai utilizar amplamente o excelente ensaio de Antônio Flávio Pierucci, *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber* (São Paulo, Editora 34, 2003).

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 174 e 199.



Engels atribuem um peso considerável à *dominação*, tanto econômica como política, nos quadros do capitalismo. Aliás, vários de seus mais importantes livros – *O 18 de brumário*, *A guerra civil na França* etc. etc. – são dedicados ao Estado capitalista como aparelho de dominação de classe.

Certo, todos esses autores – Lukács, Adorno, Goldmann, Debord – são marxistas heterodoxos, que em alguns aspectos importantes se afastam das ideias de Marx. Mas não seria esse o caso de vários dos grandes marxistas do século XX, de Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci até José Carlos Mariátegui e Ernesto Che Guevara? E não é por serem “weberianos”...

\* \* \*

Permito-me aqui uma nota pessoal: fui aluno de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso na USP da Maria Antonia (1956-1960) e participei do Seminário do Capital organizado por este último. Fui colega de estudos e amigo de Francisco Weffort e Gabriel Cohn e militei na Liga Socialista Independente com Hermínio Sacchetta e Maurício Tragtenberg na década de 1950. Sem dúvida aprendi muito sobre Marx e Weber com meus professores, colegas e companheiros de militância brasileiros. Entretanto, como diz a expressão consagrada, sou o único responsável pelos eventuais erros, equívocos e mal-entendidos deste livro...

*Michael Löwy*